



Opinião Econômica

Cecília Machado

Economista, professora da EPGE
(Escola Brasileira de Economia e
Finanças) da FGV



Parâmetros e incentivos do BPC aumentam riscos fiscais

Número de famílias unipessoais, por exemplo, dobrou entre 2019 e 2023

O segundo relatório de avaliação de receitas e despesas revelou uma tendência um tanto quanto preocupante com relação ao orçamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A projeção de gastos para o ano aumentou em mais R\$ 2 bilhões e espera-se que o programa alcance R\$ 105 bilhões em 2024.

No intervalo de apenas cinco anos, o orçamento do BPC dobrou em 2019, cerca de R\$ 55 bilhões foram alocados a ele, mostrando que o crescimento dessa despesa é um fenômeno relativamente recente.

Pelas regras, o idoso ou a pessoa com deficiência que recebe o benefício no valor de um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412 deve estar em uma família com renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 353). Assim, variações no orçamento do BPC refletem tanto mudanças no valor dos

benefícios quanto no perfil demográfico e de pobreza da população.

O valor do benefício, que aumentou em torno de 40% entre 2019 e 2024, com ganhos acima da inflação devido à política de valorização do salário mínimo, é certamente uma parte importante da explicação.

Mas outra parte está no aumento do número de benefícios concedidos aos idosos e às pessoas com deficiência. Entre 2019 e 2024, o número de beneficiários passou de 4,6 milhões para 5,7 milhões.

Tal qual estabelecido, o programa mecanicamente se expande à medida que a população envelhece ou que mais pessoas passam a ser diagnosticadas com algum tipo de deficiência. De acordo com o último Censo, houve um crescimento de quase 60% no número de pessoas com 65 anos ou mais de idade, que passou de

14 milhões para 22 milhões entre 2010 e 2022.

Já em relação às pessoas com deficiência, não há indícios de que tenha havido um crescimento dessa população entre 2019 e 2024. Mesmo assim, o número de pessoas com deficiência no BPC também aumentou, passando de 2,5 milhões para 3,1 milhões no período.

As mudanças nos valores dos benefícios e na demografia da população brasileira são reais e trazem consigo desafios concretos para o Orçamento. Enquanto o valor do benefício estiver vinculado a um salário mínimo que se valoriza, haverá crescimento real do orçamento do BPC frente aos demais programas assistenciais, como o Bolsa Família, sem nenhuma consideração de custo-efetividade na alocação desses recursos.

Além disso, à medida que a estrutura demográfica da popula-

ção muda, mais recursos passam a ser direcionados para famílias de idosos e de pessoas pobres com deficiência vis-à-vis a famílias com crianças pobres, como as que estão no Bolsa Família. Isso amplia uma importante distorção que existe entre esses dois programas assistenciais: a de dar pesos diferentes a uma mesma situação de pobreza.

Nas regras atuais, espera-se que a diferença entre os valores dos benefícios do Bolsa Família e do BPC se amplie ainda mais ao longo do tempo, tendo como ponto de partida um valor de transferência que já é cerca de duas vezes no BPC em comparação ao Bolsa Família (o benefício médio do Bolsa Família é de R\$ 680).

Não menos importantes são as mudanças que as regras assistenciais geram na forma como as famílias reportam suas informações no Cadastro Único, já que a

variável de elegibilidade (a renda per capita da família) é autorreportada. Assim como no Bolsa Família, há incentivos para registros de famílias unipessoais também no BPC.

Dados do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome indicam aumento expressivo no número de famílias unipessoais, que chegou a alcançar 15 milhões em 2023, mais que dobro da quantidade de famílias unipessoais que estavam nesse registro administrativo em 2019.

As regras e os incentivos presentes no atual desenho ampliam o espaço do BPC no orçamento, impedem uma avaliação integrada dos programas sociais e constituem um importante risco para o equilíbrio das contas públicas.

É preciso repensar a priorização dada ao BPC dentro da gama de programas assistenciais existentes.

É hora da sua empresa focar no RECOMEÇO.

Solicite o

Pronampe Solidário RS

no Banrisul e comece a pagar depois de um ano.



Saiba mais em
banrisul.com.br/reconstruir

SAC 0800 646 1515 Ouvidoria 0800 644 2200



Operação de eólica em Santana do Livramento é mantida para junho

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Apesar de todos os impactos causados na área de infraestrutura com as chuvas que assolaram o Rio Grande do Sul, a CGT Eletrosul (subsidiária da Eletrobras) mantém a previsão do início gradativo da operação comercial do parque eólico Coxilha Negra 2, em Santana do Livramento, a partir deste mês de junho. Em fevereiro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) liberou o início da operação em teste dos primeiros aerogeradores da usina e em março foi obtida a licença de operação (LO) do Ibama, com validade de 10 anos.

Atualmente, 23 aerogeradores estão liberados para testes na usina Coxilha Negra 2, que contará com 24 aerogeradores com potência individual de 4,2 MW,

totalizando 100,8 MW (o que corresponde a cerca de 2,5% da demanda média de energia do RS. O parque Coxilha Negra 2 integrará

um conjunto de três usinas (juntamente com Coxilha Negra 3 e 4), que tem o começo da operação comercial estimado para ocorrer

em 2024. O empreendimento total terá 72 aerogeradores e receberá um investimento de mais de R\$ 2 bilhões.



ALESSANDRO TACIRO/DIVULGAÇÃO/JC

Projeto desenvolvido pela CGT Eletrosul atualmente tem 23 aerogeradores liberados para testes

RS tem 11,6 mil clientes ainda sem energia

De acordo com a Aneel, atualmente cerca de 11,6 mil clientes estão sem fornecimento de energia no Rio Grande do Sul devido aos problemas ocasionados com as enchentes que atingiram o Estado. A maior parte desses consumidores, 6 mil usuários, encontra-se na área de concessão da CEEE Equatorial. Na RGE continuam sem energia 4,5 mil clientes. Já nas cooperativas Certel e Certaja, respectivamente, são 565 e 621 consumidores afetados. Segundo boletim da Aneel, no segmento de transmissão de energia, quatro linhas de transmissão (LT) foram energizadas a partir da subestação Nova Santa Rita. São elas: LT Nova Santa Rita / Polo Petroquímico; LT Nova Santa Rita / Porto Alegre; LT Lajeado 2 / Nova Santa Rita e LT Candelária 2 / Nova Santa Rita.